

Servidora	Cargo	Data da Interrupção	Novo Usufruto
GRACIANE MOREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 6262	Chefe de Gabinete	11/07/2023 até 25/07/2023-	23/01/2023 Até 01/02/2023 Os demais dias serão reprogramados posteriormente.

Art.2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal, em Serra, aos 13 de janeiro de 2023.

HENRIQUE VALENTIM MARTINS DA SILVA
Secretário da Fazenda

Protocolo 1006885

PORTARIA P Nº 008/2023

Designa Gestor de Contrato.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e considerando a determinação do artigo 67 da Lei n.º 8666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **IZAQUE MOURA DE FARIA**, matrícula nº 44369, para exercer a função de Gestor e **LUCIANO DOS SANTOS CHAGAS**, matrícula nº 44505, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 07/2023 (Processo nº 52079/2022), que tem como objeto a aquisição de nobreaks para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Serra/ES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Secretaria de Educação, Serra (ES), 16 de janeiro de 2023.

LUCIANA GALDINO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo 1006931

PORTARIA SEFA N.º 003/2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, DA PREFEITURA DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, especialmente, cumprindo o que está estabelecido no artigo 7º do Decreto nº 1.917, de 05 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO as necessidades de serviço da Secretaria Municipal de Fazenda desta Prefeitura Municipal da Serra.

RESOLVE:

Art.1º. Suspender as férias do servidor abaixo relacionado, a partir do dia 13/01/2023, marcada para o período de 13/01/2023 até 27/01/2023-referente ao período aquisitivo de 14/05/2021 a 13/05/2022.

Servidor	Cargo	Data da Interrupção	Novo Usufruto
LUIZ SERGIO PEREIRA, matrícula nº 670	Auxiliar Técnico Administrativo e de Serviços	13/01/2023 até 27/01/2023-	23/01/2023 Até 01/02/2023 Os demais dias serão reprogramados posteriormente.

Art.2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal, em Serra, aos 13 de janeiro de 2023.

HENRIQUE VALENTIM MARTINS DA SILVA
Secretário da Fazenda

Protocolo 1007114

Instrução de Serviço

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONVÊNIO DE CESSÃO MÚTUA Nº 41/2021

PROCESSO Nº: 49408/2020

CONVENIENTES: Município da Serra/ES - CNPJ/MF 27.174.093/0001-27 e o Município de Ibirapu/ES - CNPJ/MF 27.165.208/0001-17

OBJETO: Rescisão do Convênio nº 41/2021, firmado entre o Município da Serra e o Município da Ibirapu, relativo à cessão mútua entre as servidoras STEFÂNIA CORDEIRO PINHEIRO e AGDA LUZIA RUI PELUCHI, ambas ocupantes do cargo de Professor MaPA- Educação Infantil, com efeitos a partir de 07 de julho de 2022.

ARNALDO BORGIO FILHO
Prefeito Municipal de Vila Velha/ES

ANTÔNIO SERGIO ALVES VIDIGAL
Prefeito Municipal da Serra/ES

Protocolo 1006879

RESOLUÇÃO Nº 002 /2022.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ANUAL DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS - CMDH

O Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra - CMDH, nas atribuições, conforme o art.8º da Lei Municipal nº. 4.900 de 17/09/2018, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que as reuniões ordinárias ocorrem toda segunda quarta-feira de cada mês, esta resolução define o calendário de Reuniões do Conselho.

Considerando a reunião ocorrida no dia 22 de dezembro de 2022 as 14hs, realizado de forma presencial pela mesa diretora do conselho.

Resolve:

Art.1º. Aprovar e publicar o calendário anual das reuniões ordinárias do CMDH para o ano /2023, conforme a tabela a seguir

MÊS	DIA
JANEIRO	RECESSO
FEVEREIRO	08
MARÇO	08

ABRIL	12
MAIO	10
JUNHO	14
JULHO	12
AGOSTO	09
SETEMBRO	13
OUTUBRO	11
NOVEMBRO	08
DEZEMBRO	13

Art.2º. Estabelece as 14:00 horas como Horário inicial da Reunião, seguindo os trâmites constados no Regimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra, 10. de janeiro de 2023.

Tania Molaes.
Presidenta - CMDH.

Protocolo 1006959

RESOLUÇÃO Nº 001 /2022.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - CMDH.

O Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra - CMDH, atendendo ao estabelecido no art.8º da Lei Municipal nº. 4.900 de 17/09/2018, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a reunião ordinária no dia 10 de agosto de 2022, às 14 horas, realizada em formato híbrido, presencial: Auditório da SEDU/Serra-RuaPutiri, 150 Ed. Raul Ribeiro - Bairro:Caçaroca - Serra/ES e por meio da modalidade virtual via plataforma digital Google Meet: 1º LINK: meet.google.com/cho-myss-crb / 2º: meet.google.com/gpe-qmwp-itj/ 3º: meet.google.com/utq-imkq-zt.

Resolve:

Art.1º. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra - CMDH, na forma do anexo que integra esta Resolução.

Art.2º.Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra, 04. de janeiro de 2023.

Tania Molaes.
Presidente - CMDH.

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - CMDH

Resolução 001/2022 de 04 de janeiro de 2023.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - CMDH (ES).

CAPITULO I DA FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento Interno estabelece a estrutura, a disciplina e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Serra - CMDH.

Art. 2º O Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH), órgão colegiado, vinculado administrativa-

mente à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Sedir), de caráter permanente, propositivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas de direitos humanos, com a finalidade de promover e defender os direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas e reparadoras desses direitos.

Art. 3º O CMDH será regido pela Lei Municipal nº 4.900, de 18 de setembro de 2018, por este Regimento Interno, pelas resoluções que expedir e pelas demais normas legais aplicáveis.

Art. 4º O CMDH será coordenado pela Mesa Diretora, composta por presidente/a, vice- presidente/a, secretária/o geral e um vogal, que se reunirão ordinariamente uma vez por mês.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao Pleno deste Conselho dentre outras atribuições legais:

I.Fomentar a instalação do Conselho Municipal de Direitos Humanos, criado pela Lei 4.900/18;

II.Receber e encaminhar às autoridades competentes, petições, representações, denúncias ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, assegurados os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, previstos na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Espírito Santo, na Lei Orgânica do Município da Serra e nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.

III.Representar junto às autoridades competentes dos poderes municipais (Executivo e Legislativo), com vistas à instauração de sindicâncias ou processos administrativos, para apuração de responsabilidades por violações de direitos humanos;

IV.Redigir e publicar trabalhos, emitir pareceres, promover ações de educação para a cultura dos direitos humanos, cursos, seminários e palestras, realizar e divulgar, de forma a difundir o conhecimento, a conscientização dos direitos fundamentais e dos instrumentos legais e serviços existentes para sua proteção;

V.Instituir e manter atualizado um centro de documentação onde sejam sistematizados dados e informações sobre denúncias recebidas e outros dados correlatos às violações dos direitos humanos em território nacional e no exterior;

VI.Exercer outras atribuições especificadas em lei;

VII. Manter intercâmbio e cooperação com centros de pesquisa, entidades e órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, de defesa dos direitos humanos;

VIII. Dar visibilidade por meio de relatórios das ações realizadas ou acompanhadas pelo CMDH, desde que não fira os princípios da inviolabilidade;

IX.Receber denúncias de violações, condutas ou situações contrárias aos direitos humanos e encaminhar aos órgãos competentes para devidas orientações, avaliações e possíveis sanções legais, acompanhando o andamento dos processos;

X.Pronunciar-se, por deliberação expressa da maioria absoluta de seus conselheiros/as, sobre crimes que devam ser considerados, por suas características e repercussão, como violações a direitos humanos de excepcional gravidade, para fins de acompanhamento das providências necessárias à sua apuração, processo e julgamento;

XI.Fomentar e propor campanhas e programas educativos e de formação, visando à cultura e à conscientização dos direitos humanos e da cidadania;

XII.Criar comissões permanentes, especiais e/ou grupos de trabalho;

XIII.Participar da formulação da política municipal de direitos humanos e monitorar a sua implementação;

XIV.Compor a comissão organizadora da Conferência Municipal de Direitos Humanos, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Art. 6º Para cumprir suas finalidades institucionais, o Conselho, no exercício das respectivas atribuições, mediante deliberação, poderá:

I.Requerer dos órgãos públicos certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos;

II.Representar às autoridades municipais, estaduais e federais, para a instauração de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou judiciais visando apuração de responsabilidade por violação de direitos humanos;

III.Requerer acesso a todas as dependências de unidades prisionais sediadas no município, para acompanhamento ou cumprimento de diligências, vistorias e inspeções.

Parágrafo único - Os pedidos de informações ou providências feitos ao Conselho deverão ser respondidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, salvo em casos de urgência que poderão ser respondidos imediatamente, pela Presidência.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA

Art. 7º O Conselho Municipal de Direitos Humanos - CMDH é composto por 26 membros titulares, sendo 13 representantes do Poder Público e 13 da Sociedade Civil, nos termos do Art. 5º, da Lei 4.900/2018, nomeados pelo chefe do executivo municipal, observados os critérios de atuação na defesa de direitos humanos.

Art. 8º São órgãos do CMDH:

I.O Plenário;

II.Mesa Diretora;

III.As comissões e grupos de Trabalho;

IV.A Secretaria Executiva;

Seção I Do Plenário do Conselho

Art. 9º - O Plenário será formado por todas/os Conselheiras/os e se reunirá ordinariamente em sessões plenárias, uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado pela presidência.

§ 1º- As reuniões serão realizadas, em primeira chamada, com a participação de 50% mais um e em segunda chamada, 30 (trinta) minutos depois, com o número de participantes presentes.

§ 2º - As reuniões serão lavradas em ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, que deverão ser aprovadas em reunião subsequente, assinada pela Presidência e posteriormente, arquivada na Secretaria do Conselho.

§ 3º - As convocações para sessões ordinárias serão dirigidas a cada Conselheira (o) Titular e as (aos) respectivas (os) Conselheiras (os) Suplentes, via endereço eletrônico, aplicativos de comunicação virtual, acompanhadas da respectiva pauta.

§ 4º - As reuniões ordinárias do Conselho Pleno terão início às 14h, com duração de até três horas.

Seção II Da substituição das(os) representantes do CMDH

Art. 10 - Os órgãos governamentais e as entidades da sociedade civil poderão solicitar a substituição de seus (suas) respectivas(os) representantes, a qualquer tempo, junto à Secretaria Executiva do CMDH.

§1º- O pedido de substituição da(o) representante do CMDH deverá ser realizado por meio de ofício encaminhado à Secretaria Executiva do CMDH ou através de e-mail institucional.

Art. 11 - A falta da entidade da sociedade civil a 03 (três) plenárias, sem justificativa por escrito, ou a 5 (cinco) plenárias, com justificativa, no período de um ano, acarretará a perda do direito de representação desta entidade, cabendo tanto ao titular quanto ao suplente justificar a ausência por escrito.

Parágrafo único - Aplica-se o previsto no *caput* aos integrantes das Comissões e dos Grupos de Trabalho.

Art. 12 - A falta das(os) representantes do Poder Público a 03 (três) plenárias, sem a justificativa por escrito, ou a 5 (cinco) plenárias, com justificativa, no período de um ano, acarretará a solicitação de nova indicação por parte do órgão governamental.

Parágrafo Único - Entende-se por ausência justificada, aquela comunicada, por escrito, devendo ser encaminhada ao endereço eletrônico da Coordenação (que será encaminhado à Mesa Diretora), por titular ou suplente, até o início da reunião, ressalvados os casos urgentes e excepcionais que serão decididos pelo Plenário.

Art. 13 - As sessões plenárias do Conselho serão realizadas nos horários previstos nas convocações e obedecerão a seguinte ordem:

a) apreciação da ata da reunião anterior, enviada previamente as/os conselheiras/os para aprovação ou emendas, facultado o direito de requerer reconsideração desde que justificada;

b) discussão da pauta da sessão para as inclusões e/ou exclusões ou inversões da ordem de matérias e assuntos de interesse do Conselho;

c) apresentação de pareceres dos processos em pauta para discussão e aprovação.

Art. 14 - As sessões extraordinárias do Conselho, poderão ser convocadas pela Presidência, ou pela deliberação da diretoria por solicitação de qualquer conselheiro (a), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, preferencialmente por e-mail, serão realizadas por questões de relevante urgência e obedecerá à ordem das sessões ordinárias.

Art. 15 - As sessões Plenárias deverão ser presididas pela Presidência, e em sua falta pela Vice-Presidência, na ausência de ambos pelo vogal e na ausência destes por um(a) dos(as) membros eleitos em Plenário.

I.Os membros suplentes do Conselho poderão manifestar opinião sobre quaisquer matérias ou assuntos da pauta, só podendo votar na ausência do titular, ou no caso expresso no parágrafo único do Art. 31;

II.Por deliberação da Diretoria ou proposta aprovada pela maioria das(os) Conselheiras/os presentes, poderá ser permitida a manifestação, nas plenárias, de dirigentes de órgãos públicos

ou de entidades da sociedade civil, sobre questões, matérias ou assuntos de evidente interesse da entidade ou órgão a que seja objeto de discussão;

III.O conselho poderá solicitar o comparecimento às sessões plenárias de autoridades públicas, de representantes da sociedade civil, ou técnicos especializados, para exporem e discorrerem sobre questões, matérias ou assuntos relativos aos Direitos Humanos.

Art. 16 - As sessões plenárias do Conselho serão sempre públicas, permitida a presença de quaisquer pessoas, respeitando-se o decoro e o caráter democrático.

Art. 17 - A votação será nominal e cada membro titular terá o direito a voto. A/o suplente terá sempre direito a voz e, na ausência da/o titular, terá direito ao voto. Aos demais participantes é vedado o direito a voto.

Art. 18 - As eleições para a Diretoria se darão a cada 3 (três) anos, na primeira reunião ordinária de cada mandato, convocada para essa finalidade.

Art. 19 - Será realizada uma eleição para cada um dos cargos da Diretoria, obedecendo à ordem abaixo, salvo se houver a existência de chapas.

I.Anúncio do cargo a ser preenchido, obedecendo à ordem de Presidente, Vice Presidenta/e, Secretária/o-Geral e Secretário Adjunto;

II.Apresentação de candidatas/os ao cargo;

III.Discussão e defesa dos nomes;

IV.Votação e apuração.

Art. 20 - Havendo mais de um/a candidata/o para quaisquer dos cargos ou chapas concorrentes, a votação será feita por voto secreto, sendo eleita/o quem obtiver o maior número de votos entre os presentes.

Art. 21 - Em caso de vacância nos cargos da Diretoria deverá ser realizada nova eleição na primeira reunião ordinária subsequente.

Art. 22 - São atribuições da Presidência do Conselho:

I.Convocar e presidir as sessões plenárias ordinárias e extraordinária do Conselho e da Diretoria;

II.Representar o Conselho judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar essas atribuições, temporariamente, a Vice-Presidência ou a Secretaria-Geral;

III.Apresentar ao Plenário as proposições, questões ou matérias que tiverem sido objeto de prévio parecer de Relatores ou de Comissões Especiais, ou ainda, que não tenham tido necessidade de prévio parecer;

a) Appreciar e assinar as Resoluções, as normas e demais atos da competência do Conselho e mandar publicar o que for de direito;

b) Solicitar informações e formular consultas às autoridades públicas nos limites da competência legal do Conselho;

c) Submeter ao Plenário as requisições de servidores públicos e de materiais em geral, necessários ao funcionamento dos serviços do Conselho;

d) Adotar providências para a substituição de qualquer membro do CMDH, após deliberação do Pleno, nos casos de ausência e vacância;

e) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CMDH;

f) Submeter ao Pleno relatório anual e da gestão das atividades;

g) Exercer outros encargos que o Plenário lhe atribuir;

h) Solicitar ao Poder Executivo, após indicação do Plenário, que adote medidas complementares de caráter orçamentário e administrativo necessárias ao funcionamento do Conselho.

Art. 23 - Compete à Vice-Presidência:

I.Substituir a Presidência nas faltas e/ou impedimentos ou casos de vacância definitiva do cargo;

II.Exercer atribuições que a Presidência lhe designar por escrito ou as que o Plenário lhe atribuir.

Subseção II Da Secretaria Executiva

Art. 24 - O Conselho terá uma Secretaria Executiva para encaminhar os serviços a cargo da Diretoria do CMDH.

Art. 25 - A Secretaria Executiva será exercida por um/a servidor/a pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, conforme previsto na Lei nº 4.900/2018.

Art. 26 - À Secretaria Executiva compete:

I.Executar as decisões administrativas do Conselho Pleno e da Diretoria; dar suporte administrativo às Comissões;

II.Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, decretos e outras normas que digam respeito a direitos humanos, formando a biblioteca técnica e jurídica do Conselho;

III.Estruturar e manter organizados os arquivos do Conselho;

IV.Organizar e manter atualizado um banco de dados das entidades de promoção, defesa e/ou garantia dos direitos humanos;

V.Exercer outras atividades e comandar outros serviços próprios de secretaria ou que lhe forem atribuídos pela Presidência e pelo Plenário do Conselho;

VI.Elaborar juntamente com a Diretoria o relatório anual e o relatório de gestão do CMDH.

Parágrafo único - Os trabalhos da Secretaria Executiva serão coordenados pela Presidência.

CAPÍTULO IV DOS PROCESSOS INTERNOS DO CMDH

Art. 27 - As diversas demandas analisadas pela Diretoria e posteriormente transformadas em processo serão distribuídas para um/a conselheiro/a relator/a para análise e parecer ao Conselho Pleno no prazo de 30 (trinta) dias, adotando os seguintes procedimentos:

I.O produto dos trabalhos (projetos, denúncias, programas, representação, relatórios) das comissões, deverá ser entregue à Diretoria até 02 (dois) dias úteis, salvo impedimento justificado, antes de cada sessão, para que possam integrar a pauta;

II.Após a exposição e parecer das/os Relatores/es, os Conselheiros/os poderão inscrever-se para manifestação com o prazo de 03 (três) minutos, podendo propor, especificamente, as emendas que julgar convenientes para a nova discussão pelo Plenário ou pedir "vista" do processo para reapresentação na primeira sessão seguinte;

III.A Diretoria poderá conceder, mediante justificativa, dilação por no máximo mais uma sessão do prazo para apresentação do parecer da/o Relator/a;

IV.Por deliberação da Diretoria, poderão ser submetidas à discussão e votação do Plenário, sem parecer da/o Relator/a, questões extraordinárias consideradas de extrema urgência.

CAPÍTULO V

DO AFASTAMENTO VOLUNTÁRIO DE CONSELHEIROS (AS)

Art. 28 - As/os conselheiras/os titulares ou suplentes poderão se afastar do CMDH, temporária ou definitivamente, devendo, em qualquer hipótese, apresentar seu pedido de afastamento com 15 (quinze) dias de antecedência.

§ 1º - A licença temporária não poderá exceder 60 (sessenta) dias, sob pena de ser considerada como afastamento definitivo, implicando na substituição da/o conselheira/o.

§ 2º - A entidade ou órgão público representado pela/o conselheira/o afastado definitivamente terá o prazo de 15 (quinze) dias para indicar novo representante.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES PARA O CMDH

Art. 29 - A 90 (noventa) dias do término do mandato, a Diretoria do CMDH constituirá comissão eleitoral, composta por 03 (três) conselheiras/os para organização do processo.

§ 1º - A comissão deverá se responsabilizar pelo processo de composição da sociedade civil, devendo para tanto providenciar a publicação do respectivo Edital contendo as regras para a escolha dos representantes de entidades, coletivos ou organizações de defesa, promoção ou garantia dos direitos humanos, com ou sem personalidade jurídica, de notória atuação na luta pela defesa, promoção e garantia dos direitos humanos, com atuação comprovada no município da Serra.

§ 2º - O Edital, que deverá ser publicado a 60 (sessenta) dias das eleições, deverá conter:

I - Prazo para registro das instituições, coletivos ou movimentos sociais interessados em compor o Conselho Municipal de Direitos Humanos;

II.Requisitos para o deferimento do registro pela Comissão Eleitoral;

III.Data de realização de Assembléia Geral Eleitoral para eleição das instituições, coletivos ou movimentos sociais previamente registradas e habilitadas a participar do pleito;

IV.Regras do funcionamento da Assembléia Geral;

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - Cumprida à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania alocar recursos financeiros e humanos necessários para o pleno funcionamento do CMDH, bem como para a capacitação dos membros.

Art. 31 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário, desde que não contrariem este Regimento.

Art. 32 - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Regimento Interno anterior.

Serra (ES), aos 12 de Agosto de 2022.

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO CMDH
Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra (ES)
- CMDH

Protocolo 1006966

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 18/2023 - SESA/PMS

Pregão Eletrônico Nro.18/2022

Ata Nº : 134/2022

Processo nº 75.767/2022

Objeto: Aquisição de Material Hospitalar

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Serra.

Contratada: POSITIVA COMERCIAL LTDA

Valor Total: R\$ 25.162,00

Data da Assinatura: 16/01/2023

Bernadete Coelho Xavier
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1007220

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 19/2023 - SESA/PMS

Pregão Eletrônico Nro.295/2021

Ata Nº : 098/2022

Processo nº 76272/2022

Objeto: Aquisição de Material de Odontológico

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Serra.

Contratada: MEGA DENTAL IMP. EXP. E COMERCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS

Valor Total: R\$ 2.998,50

Data da Assinatura: 16/01/2023

Bernadete Coelho Xavier
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1007222

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 20/2023 - SESA/PMS

Pregão Eletrônico Nro.11/2022

Ata Nº : 140/2022

Processo nº 77.538/2022

Objeto: Aquisição de Medicamentos

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Serra.

Contratada: HOSPIDROGAS COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA

Valor Total: R\$ 8.320,00

Data da Assinatura: 16/01/2023

Bernadete Coelho Xavier
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1007225



CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA

CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2023

HORÁRIO: 14H

MÊS	DIA
JANEIRO	RECESSO
FEVEREIRO	08
MARÇO	08
ABRIL	12
MAIO	10
JUNHO	14
JULHO	12
AGOSTO	09
SETEMBRO	13
OUTUBRO	11
NOVEMBRO	08
DEZEMBRO	13



**ATA Nº XV-REUNIÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2021-2024 DO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - ES.**

1. Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, por meio dos links: 1º Link da videochamada: meet.google.com/qdc-yxtm-dwk 2º Link da videochamada: meet.google.com/ddk-gibn-agm 3º Link da videochamada: meet.google.com/euz-ccox-jkp na modalidade virtual, pela plataforma digital Google Meet. Reuniram-se, na oportunidade, os (as) conselheiros (as) identificados (as) pela assinatura da lista de presença, a qual segue anexo, e disponibilizada através do link: <https://forms.gle/3ej3Ro3gT9b41MxF8>; O acesso foi liberado às 13h:50min. Iniciada a reunião às 14h:13min, a Presidenta Tânia Molaes agradeceu a presença de todos (as). Após verificado o quórum, a Presidenta Tania Molaes informou que as atas dos meses anteriores estavam pendentes por não ter tido quórum mínimo nas reuniões. Em seguida leu a pauta da reunião: **I. O papel do Conselho e Regimento Interno; II. Prestação de contas do ano de 2022 e planejamento das ações previstas para o ano de 2023; III. Reorganização e composição das comissões;** Na sequência a Presidenta Tânia Molaes, no que se refere a prestação de contas da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e do Departamento de Direitos Humanos passou a palavra para a Janety Mara Ferreira

Tânia Molaes

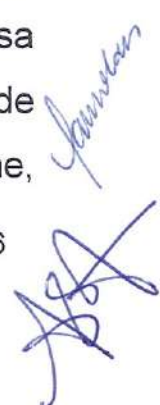
Martins do DDH/SEDIR a qual relatou que no Primeiro Semestre de 2022 (dois mil e vinte e dois) foram realizadas ações voltadas para o fluxo de atendimento de violação de direitos, com o objetivo de elaborar um procedimento estruturado para acolhimento, escuta qualificada, contra referencia, monitoramento e avaliação dos casos de violação recebidos e/ou encaminhados ao DDH (Departamento de Direitos Humanos) além da ação de implementação do fluxo de atendimento em violação de direitos com o objetivo de proporcionar acolhimento humanizado e resolutivo para as demandas de violação a partir do acionamento da rede e Proteção Social do Município e outras instâncias de defesa de direitos. O mencionado departamento atuou também de forma colaborativa e representativa em conselhos de direitos com o objetivo de colaborar como controle social na discussão das políticas públicas de defesa de direitos, trazendo o recorte de direitos humanos e violação de direitos nesses espaços (como colaborador, convidado e/ou conselheiro); Foi criada a ação do CIAMP na RUA com o objetivo de Fortalecer a discussão sobre a questão da população de rua, qualificando discussão sobre os desdobramentos dessas demandas e como são respondidas pela municipalidade e finalizar a elaboração da política municipal Pop Rua e fiscalizar sua implementação. Atuei como colaboradora ou conselheira; Além disso, realizaram rodas de conversa sobre direitos humanos e violações para outras secretarias com o objetivo de promover um espaço de escuta e informação sobre direitos humanos e mitigação de violações dentro do espaço institucional, promovendo cultura institucional cidadã e diversa; Já no segundo semestre do ano de 2022 foi realizada a Semana dos Direitos Humanos que teve como objetivo a realização de ações ampliadas e continuadas em

53 curtos prazo para sensibilizar e sinalizar a relevância das pautas de
54 Direitos Humanos na garantia de direitos e na efetivação do Estado
55 Democrático de Direitos; Tivemos também, no Primeiro Semestre o
56 Encaminhamento/liberação de material remanescente proveniente
57 de doações do período de chuvas/2022 mediante documento próprio
58 para essa finalidade. Buscamos diversas organizações sociais que
59 trabalham com públicos e segmentos vulneráveis, prioritariamente,
60 para liberação e durante todo o ano nós realizamos e
61 acompanhamos as organizações contempladas com as doações de
62 materiais do período de chuvas/2022, para outras atividades de
63 promoção da cidadania. A Presidenta Tânia Molaes, após
64 manifestação, passou a palavra para a servidora Hozana Azevedo
65 Rocha a qual expôs que o seu departamento ficou responsável pela
66 Coordenação do Serra Mais Cidadã – 07 (sete) Edições - com um
67 Público de Munícipes, em Geral, com o Resultado de 36.483 (trinta e
68 seis mil e quatrocentos e oitenta e três) atendimentos, além disso, o
69 departamento de Direitos Humanos - DDH é responsável pela
70 organização desses quatro espaços de controle social: Conselho de
71 Direitos Humanos, Juventude, Comitê Pop Rua e Fórum LGBTI+ e
72 colabora com os Conselhos de Segurança Alimentar, Idoso, Criança
73 e Adolescente, Mulher, Segurança e Pessoa com Deficiência os
74 quais contam, com um Publico de Conselhos Municipais, Comitê e
75 Fórum; O Resultado que se têm é proveniente da Participação
76 efetiva em 10 (dez) instâncias de controle social. Tivemos também,
77 atividade voltada para o início da elaboração do plano municipal de
78 direitos humanos, da Lei Municipal Pop Rua e do Conselho LGBTI+.
79 Dando sequência à prestação de contas do Departamento de
80 Direitos Humanos. A Presidenta Tânia Molaes, após manifestação,

passou a palavra para Sebastião Câncio Pereira Junior - SEDIR / DDH / DIJUV o qual, em seu pronunciamento, relatou que o departamento atuou no Elaboração da Lei Municipal de Políticas para as Juventudes; atuou na Elaboração do Fundo Municipal das Juventudes, no Chamamento Público Centro Municipal das Juventudes, na Elaboração Projeto Estruturante Juventude Criativa (12 Bairros) na Eleição e Posse CMJ no Processo SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude no Projeto Arte e Cidadania (04 membros do grupo contratados pelo Origraffes) além de atuar no suporte e elaboração de projetos (Kelly, Benedito, Sandriane 100.000 (cem mil) total projetos aprovados), realizou rodas de conversa sobre políticas para juventude, realizou articulações para viabilização do Fórum Gestores de Juventude do ES, realizaram o evento ORIGRAFFES retorno, atuou junto ao CRJ Feu Rosa e Novo Horizonte atuou de forma Permanente Mapeamento de Coletivos da Serra Plano Municipal de Desenvolvimento do Skate na Serra entregue ao Prefeito além de Palestra Estação Conhecimento Sobre Projetos Socioculturais e Palestras no Seminário da Rede Aica no programa Adolescente em Ação além da atuação em diversos mutirões na Horta Comunitária do Centro de atendimento Integrado, atuou também no pioneirismo na articulação de Viagens Interestaduais via CRJ Estadual (04 jovens), o cadastramento dos jovens no programa ID Jovem (Sensibilização da recepção Cras J Carapina, Tenda Camp Skate Estadual), além de Workshop sobre Educação Financeira CRJ Feu Rosa (a cumprir 12 turmas EJA 2023) e participação ativa no evento Serra + Cidadã, com a inserção de jovens e promoção do ID Jovem. Após, a Presidenta Tânia Molaes passou a palavra para a Layza Lima Leopoldino – da SEPPOM a

qual se manifestou dizendo que no mês de janeiro de 2022 o departamento em que atua atuou de forma a fomentar a empregabilidade da população Trans e Travesti. A Serra sediou o primeiro curso de qualificação profissional em parceria com a EDP, foi a primeira cidade do Estado do Espírito Santo a fomentar um curso de eletricista trans e muitas já estão encaminhadas para o mercado de trabalho, também realizaram formações para a secretaria de Educação, com a presença de mais de trezentos pedagogos e diretores capacitados e orientados sobre a diversidade sexual e de gênero, fomentaram ainda capacitações para os profissionais da saúde". O projeto "este é o meu nome" encontra-se em vigor e é um projeto que visa fomentar o atendimento humanizado para a população trans, também na rede de saúde, foram diversos gestores capacitados. O departamento ainda, de forma ativa, está levando para os servidores o enfrentamento da transfobia institucional. Lembrando também que o departamento fomenta a participação do controle social, com diversos suportes e as reuniões do fórum LGBT, atuamos na criação da comissão organizadora que realizou o manifesto LGBT, dentre outras diversas ações do controle social. Realizamos o cinediversidade, onde a levamos cinema com a pauta LGBTQIA+ para uma área pública, onde foi discutida e debatida as nuances da diversidade e o impacto que isso causa e também para enfrentamento da lgbtfobia. No que tange ao fomento das artes da expressão, da cultura da diversidade sexual foi realizado o festival do orgulho LGBT. No que tange a política de visibilidade da população lésbica, foram realizados alguns encontros, inclusive o "piquenique delas" que foi um piquenique onde foi abordado a questão do enfrentamento ao machismo, o enfrentamento a

homofobia o lesbocídio e todas as formas de enfrentamento à violência de gênero que também acometem mulheres lésbicas, mulheres bissexuais e mulheres travestis e transexuais. Além das diversas ações o departamento levou conscientização, no que tange a política de enfrentamento a epidemia de HIV e hepatites virais. Ainda em relação às formações o departamento vêm construindo, junto à secretaria de saúde, sendo que a Serra é a primeira cidade do ES a ter um GT que trata da política da saúde da população LGBT institucionalizada dentro do conselho de saúde com participação direta da secretaria de saúde com participação direta também da secretaria de direitos humanos e cidadania, e nesse GT está sendo discutido, de forma inédita, a municipalização do ambulatório trans e esse ambulatório fomenta a política nacional de saúde da população trans. Além disso há as participações de mais de 1011 (hum mil e onze) atendimentos, por ocasião também no mês de novembro houve a realização do manifesto que teve que ser transferida mas estava incluída na política pela diversidade sexual no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), foi realizada a semana da diversidade sexual, o departamento levou um filme temático para ser abordado no centro de referência das juventudes em Feu Rosa e em Novo horizonte, onde trabalharam também a temática da diversidade sexual e de gênero e as formas de enfrentamento a LGBTfobia e todas as suas nuances. O departamento deu suporte ao fórum LGBT da Serra na realização do Luau LGBT que ocorreu em Carapebus e foi um sucesso e pela primeira vez a Serra um município do Estado sediou a Primeira feira da diversidade e da cidadania LGBT, essa feira ela levou serviços para a população LGBT como emissão de RG, emissão de documentos, vagas de emprego através do Sine,



orientações relacionadas a área da saúde em parceria com a SESA e ainda fomentaram o empreendedorismo da população LGBT. O stande foi montado na praça encontro das águas, em Jacaraípe, com toda uma estrutura que fomentou a ofertas de serviços, a empregabilidade e o empreendedor. Além da feira que foi uma realização inédita, o manifesto também foi um sucesso, a XIII edição do manifesto ultrapassou o público das edições anteriores, foram mais de quinze mil pessoas nesse espaço, quinze mil pessoas que assistiram e pela primeira vez o evento possibilitou a valorização dos artistas LGTBTS, sendo que todos foram remunerados pois antes eles eram só voluntários, foi todo um suporte da secretaria de direitos humanos também para valorizar esses artistas, esses cantores da população LGBT, em parceria com a SETUR. Para o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) o departamento está revisando algumas ações, inserindo diversas atividades, levando mais o projeto “este é o meu nome” para as unidades de saúde, fomentando mais a participação no conselho da saúde, no que tange a política dialogando bastante com o CTA, e as pessoas atingidas nessas ações foram de 16.055 (dezesesseis mil e cinquenta e cinco) pessoas de atendimento e participações diretamente e indiretamente. - Após, A Presidenta Tânia Molaes indagou se havia, dentre os presentes, mais alguém que queria se manifestar na reunião, oportunidade em que Rodrigo da Costa, funcionário público lotado na SEDIR se manifestou e expôs que o seu departamento, na época das chuvas, fez alguns atendimentos, criaram abrigos, nos quais foram atendidos cerca de 171 (cento e setenta e uma) pessoas, além de diversas ações em Jardim Tropical, José de Anchieta II, Cantinho do Céu e Central Carapina, em decorrência também das chuvas, que



atingiram o município. Por conta da situação das chuvas e dos desabrigados a secretaria não conseguiu realizar a segunda edição do interconselhos. Para complementar a fala, relatou ainda que a SEDIR atuou nesses abrigos, atendendo essas pessoas, levando donativos e após, fazendo o remanejo dos desabrigados dos abrigos temporários para os seus lares. Informou ainda que as ações para arrecadamento de doações irão continuar ao longo das próximas semanas. Após a sua fala, a representante da SEDIR, Alexandra de Azeredo Nascimento expôs que durante o ano de 2022 foi realizado o seminário no CRAS-CAI e participação do Departamento nas ações das pessoas com deficiência a partir do plano de ação, que foi o plano de ações de políticas para as pessoas deficientes e seus cuidadores, esse projeto vai levar a prioridade não só para as pessoas deficientes como também para os seus cuidadores e cuidadoras. Hoje o departamento estará sendo representado na Câmara para aprovação desse projeto que dispõe a instituição do cartão identificação para as pessoas com deficiência e seus cuidadores para os fins de garantir o atendimento prioritário, através da aprovação dessa lei o departamento irá fazer rodas de conversa, fazendo a conscientização nas UBS, nas escolas, onde existem relatos e reclamações. No ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) foram 248 (duzentos e quarenta e oito) atendimentos, o departamento levou as pessoas com deficiências para participar do evento Serra + Cidadã, que contou com vários atendimentos e eles puderam participar. Durante todo esse ano de 2023 (dois mil e vinte e três) o departamento irá continuar a levar a conscientização e a importância do respeito às pessoas com deficiência e agora muito mais aos seus cuidadores que também precisam de cuidados. Após passou-se a



palavra para a servidora Jocilene Basso - Centro de Atendimento Integrado - CAI - DDH/SEDIR, a qual expôs que realiza o seu trabalho no centro de atendimento integrado de Jardim Carapina e no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) no mês de Janeiro foram ofertadas aulas de de jiu-jitsu em parceria com a GFKIDS, atendemos em torno de 20 (vinte) alunos. Ainda no ramo de lutas marciais, foram ofertadas aulas de karatê, com apoio do grupo Águia, atendendo às crianças de 06 (seis) a 15 (quinze) anos, há também aulas de capoeira da Angola, com o professor Duble, para as crianças de 06 (seis) a 15 (quinze) anos que estão em vulnerabilidade no bairro e em Boa Vista. Além disso é ofertado atendimento e aulas onde os alunos aprendem a focar nas coisas que podem controlar para transformar cada novo obstáculo dando uma oportunidade de melhorarem e se tornarem mais fortes e resistentes. São ofertadas ainda as aulas de dança break, que acontecem toda segunda, quarta e sexta, em parceria com o ALEX, essas aulas atingem 15 (quinze) pessoas diariamente, toda segunda, quarta e sexta já vem acontecendo há anos no CAI. Durante o período noturno a proposta do break é dançar no ritmo da música e ao mesmo tempo mostrar a autenticidade, criatividade e habilidade. Aconteceu também no CAI em 2022 (dois mil e vinte e dois) as aulas de música em parceria com a FAMS, atividade esta que atingiu 17 (dezessete) pessoas, onde houve o desenvolvimento na habilidade de música entre as crianças e adolescentes. As aulas de música aconteceram por duas vezes no ano, e perdurou três meses, o tempo de aula, com crianças de 06 (seis) anos de idade até adulto de 40 (quarenta) anos. Foi ofertado também aulas com o professor Fábio 15 (quinze) alunos entre os turnos de manhã, tarde

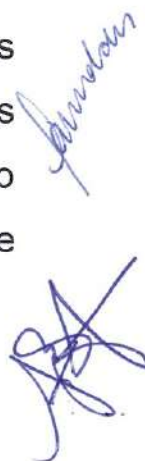
e noite. Foram fornecidas aulas de reforço escolar com a parceria com a SEDU a qual atingiu um público em torno de 120 (cento e vinte) alunos de segunda a quinta feira, alunos da escola EMEF Espaço Alternativo e EMEF Padre Gabriel onde tem as aulas de reforço para minimizar as perdas educativas por causa da pandemia, para as crianças do terceiro ao quinto ano, estas aulas de reforço irão continuar no ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Inclusive após o carnaval retornam as aulas de reforço. Houve também os cursos de qualificação do programa do QUALIFICAR ES do governo do Estado, além de três ofertas em 2022 (dois mil e vinte e dois) e cada oferta uma duração de 03 (três) meses e foram atingidos em torno de 360 (trezentos e sessenta) alunos no ano. Foi ofertado curso de qualificação aos novos empreendedores direcionado às pessoas maiores de 16 (dezesesseis) anos. O CAI promoveu várias palestras, com a SEDU, SESA, MULTIVIX e entidades como a JUVENTUDE ATIVA, SEBRAE, foi oportunizado aos alunos que fizeram o curso Qualificar ES para assistir uma palestra ministrada pelo SEBRAE com a temática "como ser MEI" e vários deles já começaram a por conta própria. Ao todo o CAI atendeu mais de 1.000 (hum mil) pessoas. O CAI atinge os Bairros de Boa Vista, Eurico Salles, Central Carapina, Manoel Plaza, Bairro de Fátima, então o local possui uma referência desses serviços que presta a sociedade, no entanto muitos não conhecem o Centro de Atendimento Integrado, mas com uma divulgação forte que está sendo realizada, as pessoas estão tendo conhecimento desse espaço. Após a prestação de contas apresentada pelos servidores (as) públicos (as) do Departamento de Direitos Humanos e da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, a Presidenta Tânia, em resumo, esclareceu



que cada um estaria apresentando um pouco do que foi realizado, considerando que o Fábio, que é o subsecretário da pasta, é quem estaria realizando essa apresentação e apresentando propostas para o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) no geral, porém ele está de férias e quando retornar trará para o conselho essas informações. Após indagou se mais alguém queria fazer alguma pergunta ou consideração ao que foi apresentado e que todos os membros do conselho poderiam ficar à vontade. O membro Adelson Nascimento indagou a Presidenta no sentido de saber se este é o momento para apresentar o planejamento da Comissão de Formação, em resposta a Presidenta Tânia respondeu dizendo que assim que a equipe da SEDIR terminar de falar a mesma irá trazer ao conhecimento de todos as atividades realizadas pelo conselho, e que não foi preparada uma apresentação das atividades mas que cada um irá falar um pouco ou cada comissão irá expor e ao final traçar objetivos para o ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Ao perceber que um membro e representante do SINDIUPES pediu a palavra a Presidenta assim o fez, oportunizando a participação do Gean, representante do SINDIUPES, que manifestou-se sugerindo uma manifestação de apoio à postura do poder executivo municipal em realizar os eventos da semana da cidadania LGBT e do manifesto LGBT tendo em vista os inúmeros comentários e discursos de ódio e preconceito realizados nas publicações nas mídias sociais da Prefeitura, sendo importante destacar, ainda, a firmeza com que a atual administração pública municipal continuou apoiando e realizando os eventos sensíveis à pauta LGBTQIA+ mesmo com tantos comentários preconceituosos além da importância de que todas as demais secretarias municipais estejam bem atentas às



novas políticas e orientações que podem ajudar muito na parte dos Direitos Humanos no município. A Presidenta Tânia manifestou-se dizendo que já havia conversado sobre essa situação com a Rosi e que a correria do dia a dia deixou passar, mas diante a importância tal sugestão será levada em consideração e debatida, a Presidenta notou que havia uma pessoal com a mão levantada, e deu oportunidade para que a mesma se manifesta-se. O Sebastião, funcionário público lotado na SEDIR, parabenizou o Gean pela consciência dos atos e eventos da administração pública e de que o atual gestor do poder executivo municipal é um gestor de todos e para todos e não iria esmorecer diante ao preconceito. Além disso justificou a ausência do Fábio devido a necessidade de descanso e o gozo de férias. A Presidenta Tânia esclareceu que o Fábio disse que estaria de férias e solicitou a alteração da data, mas como estamos iniciando o ano nós temos que ter um maior rigor nas datas, sendo que as mesmas já foram publicadas no diário oficial do município, mas nada impede que na próxima reunião ele possa trazer pautas e apresentar o que ele achar pertinente, bem como o planejamento de 2023 (dois mil e vinte e três), mas a ausência dele foi justificada previamente. A Layza, funcionária pública da SEPPOM, manifestou-se, acrescentando à fala do Sebastião e após o comentário do Gean, no sentido de que “nós temos uma gestão comprometida com essa pauta, a gente também enfrenta diversos mecanismos de LGBTfobia, até institucional também por outras partes, mas fazendo um adendo que a Secretaria de Direitos Humanos, principalmente o Departamento de Direitos Humanos lutou para realização desse evento e acho que a participação do controle social precisa ser mais ativa e precisamos realmente e



333 vamos dialogar com o controle social, mobilizar o controle social e
334 fomentar a participação, tivemos uma comissão que trabalhou
335 duramente e tivemos tudo para dar errado, de todos os lados, mas
336 assim nós temos um prefeito gestor que se compromete com a
337 pauta da diversidade e aquilo que a gente ouviu e leu são reflexos
338 de uma sociedade doentia que precisa de políticas socioeducativas,
339 que precisam de políticas que de fato contribuam com a promoção
340 da diversidade e que saiba o que é diversidade, porque no dia 27
341 (vinte e sete) nós tivemos outros eventos e no dia 30 (trinta) porque
342 só o evento LGBT foi duramente castigado? Enfim, é uma questão
343 que a gente tem que levar em consideração. Eu acho que o louvor é
344 de toda a sociedade e a parabenização pela sociedade traz a
345 mensagem do nosso prefeito, a qual foi compartilhada pelo querido
346 Fábio, no qual ele diz que é o prefeito de todas as pessoas e ele
347 trabalha com política de todas as pessoas e é assim ele tem a
348 convicção que o prefeito tem esse olhar de gestor para todos os
349 serranos e todas as serranas, então essa é minha contribuição,
350 parabéns a todos e estou a disposição". Após, o Pastor Tarcísio
351 manifestou-se parabenizando a todos pela contribuição, direta e
352 indiretamente na realização dos eventos e pedir que as próximas
353 ações sejam também bem registradas para que possam guardar
354 como documento histórico do conselho. A Presidenta Tânia
355 manifestou-se dizendo que não resta a menor dúvida, de que
356 estamos vindo de um ano difícilíssimo, para além da pandemia, é a
357 forma como o governo, como autoridade máxima, tratava essas
358 questões e mesmo com toda essas dificuldades nós conseguimos
359 nos manter de pé e o 30 (trinta) de outubro trouxe um respirar de
360 novo, uma expectativa de que as coisas irão voltar e que a luta

*Prumatan**ASA*

continua e que a gente vai estar junto e que vamos crescer, resgatar e ampliar nossas conquistas, e agradeceu a toda equipe, a todos da secretaria que expôs suas conquistas, realmente não se fez necessária a presença do Fábio vez que todos vocês conseguiram passar as informações de forma clara e tranquila, e agradeceu a presença de todos. Eliando Reis/ Movimento Negro Unificado – MNU manifestou-se dizendo que a Tânia foi bastante contemplada na fala e sabe o quanto é difícil a gente trabalhar com a política de direitos humanos, muito cansativo, entre os servidores e servidoras da prefeitura que trabalham com políticas voltadas para a assistência social e direitos humanos a gente percebe o quanto é penoso e dolorido, a gente sofre muito trabalhar com política e aí eu me senti muito contemplado na fala da Presidenta Tânia em reconhecer, que a gente precisa fazer isso também enquanto sociedade civil, estando num conselho representando o coletivo, a gente reconhecer e valorizar esses companheiros e companheiras tão valorosos que estão no dia a dia na labuta e quem faz direitos humanos costuma dizer que não faz só em seu horário comercial, de 09 (nove) as 18 (dezoito) horas na verdade são 24 (vinte e quatro) horas trabalhando e promovendo direitos humanos. E citou também, assim como o Gean o fez, na figura do poder executivo, o prefeito e todos os servidores e servidoras pelo trabalho que vem executando e fazendo na SEDIR e ainda queria nominar aqui o nosso querido Fábio que está legitimamente descansando em suas férias e todos os servidores e a Rosi e a Layza o Tião a Janete e outras pessoas que ainda não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, e felicitá-los pelas conquistas e dizer que infelizmente, assim como disse o Gean, a gente também está imerso na sociedade que é bastante

violenta e a gente tem acompanhado isso, especialmente de alguns anos para cá como que isso cresceu infelizmente e isso faz ainda mais necessária a nossa atuação como colegiado, como conselho de direitos, então isso requerer ainda mais de nós mais entrega, mais educação. A presidenta Tânia agradeceu ao Eliandro e apresentou a nova secretária executiva que veio para estar ocupando o lugar da Hozana. Além de dizer que o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi um ano muito complicado para nós enquanto conselho, as dificuldades da organização das comissões, a participação e tivemos algumas comissões que andaram, por exemplo o regimento interno nós conseguimos, a comissão elaborou o regimento interno, chegou a ser publicado, nós temos uma comissão de formação que elaborou também um plano de formação do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), tá aqui o Adelson, regimento interno e na frente estava o Ângelo, então temos umas questões e outras que foram ficando para trás e que por exemplo, para esse ano de 2023 (dois mil e vinte e três) a gente precisa refazer quem continua com disposição para permanecer, quem precisa se retirar ou se retirar de uma e entrar em outra, porque a gente precisa dar continuidades as nossas propostas que foram apresentadas lá atrás, que era o programa de educação em direitos humanos e o plano municipal de direitos humanos, então essa comissão a gente precisa retomar e aí eu queria ver e chamar os conselheiros à responsabilidade, pois estamos entrando novamente num momento democrático de reconstrução de direitos então a gente precisa se empenhar nessas atividades para poder conseguir chegar aos nossos objetivos, então a comissão de formação eu gostaria de saber, à frente dela está o Adelson e junto dele está a Rosi, eu, o

pastor Adelson. A presidenta passou, então, a palavra para o Adelson que manifestou-se compartilhando com os demais membros, por meio de uma apresentação para os demais membros do conselho, demonstrando que no ano passado um dos planejamentos das ações do conselho foi o curso de formação no qual foi realizada uma reunião para consolidar as informações e foi realizada, também, uma enquête junto aos membros do conselho para ver as formações que eles mais tinham como demanda, após foi realizada uma reunião entre os componentes dessa comissão e ao avaliarem o resultado da pesquisa a comissão obteve a resposta de 24 (vinte e quatro) membros do conselho com os seguintes resultados, em relação ao dia e horário para participarem das reuniões a opção que ganhou foi segunda a sexta a tarde e segunda a sexta pela manhã, ou seja, em horário administrativo, quanto ao formato, a maior parte, cerca de 41,07% (quarenta e um por cento e sete centésimos) escolheram híbrido, ou seja, presencial e online, e o número de capacitações que poderíamos realizar durante o semestre e os demais conselheiros pediram que fossem realizadas duas capacitações por semestre, em relação ao tema abordado foi posto em votação e as quatro mais escolhidas foram capacitação e prática em direitos humanos, papel, função pública e ética dos conselheiros, direitos humanos, diversidade sociocultural, políticas públicas e práticas de inclusão, e elaboração do orçamento municipal e função dos conselheiros e conselho de direitos, essas quatro capacitações escolhidas serão divididas nos dois semestres e o conselho dividiu para colocar numa ordem de conhecimento e também com relação ao orçamento, porque o conselho precisa desse orçamento no primeiro semestre, então ficou definido primeiramente a capacitação



445 e prática em direitos humanos pro dia vinte e dois de março, que vai
446 ser realizado na SEDUR, no horário da manhã, e a segunda
447 capacitação no dia vinte e quatro de maio na elaboração do
448 orçamento no IFES de 13 (treze) às 17 (dezessete) horas, as duas
449 capacitações do segundo semestre as datas já foram definidas, mas
450 os locais e os palestrantes ainda estão a definir. No início do
451 semestre a mesa diretora do conselho estará reforçando o convite
452 aos palestrantes e também divulgando os demais membros possam
453 estar presentes. A Presidenta Tânia, para concluir a reunião,
454 acrescentou que, só para informe, no final do ano passado o conse-
455 lho participou de uma reunião com a secretaria que ficou de
456 viabilizar e ofertar as condições do recurso para a oferta dessa
457 formação, porque acabou que o conselho não participou da
458 discussão da LOA, então logo agora no início, com a secretaria
459 voltando de férias, a mesa diretora estará agendando com a secreta-
460 ria uma reunião para poder estar revendo essas questões. O
461 Regimento Interno o conselho constituiu a comissão e o trabalho foi
462 concluído, sendo, ao fim, publicado no diário oficial. O conselho
463 precisa refazer a comissão do plano municipal de educação em
464 direitos humanos e o do programa municipal de direitos humanos.
465 Disse ainda que é importante que para cada representante da
466 sociedade civil tenha um também do poder público para que o con-
467 selho tenha uma paridade na discussão. Ao iniciar a reunião através
468 do 3º link do google meet e sendo constatada a ausência do quorum
469 necessário para deliberação da composição das comissões a
470 reunião foi dada como encerrada pela Presidenta. Não havendo
471 mais nada a declarar, a reunião foi encerrada às 15h:54min e foi



472 lavrada por mim, Lorena Pimentel Lovatti - Secretária Executiva da
473 SEDIR/SEPPOM Serra- ES, 08 de fevereiro de 2023.

474



475 **Tânia Molaes**

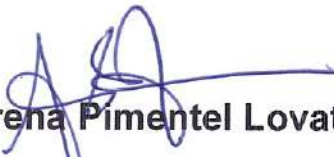
476 **Presidenta do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra**

477

478 **Simone Rezende Viegas**

479 **Secretária Geral**

480



481 **Lorena Pimentel Lovatti**

482 **Secretária Executiva**

483



1

2 **ATA Nº XX-REUNIÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2021-2024 DO**
3 **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - ES.**

4 Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às 14hs
5 no CRAS de Laranjeiras. Reuniram-se, na oportunidade, os (as)
6 conselheiros: Fabio Correa Santana (SEDIR), Simone Rezende Viegas
7 (SEDU), Nívia Alves Mota (SESA), Ângelo Eduardo Carneiro Dias
8 (SESA), Viviane Marins Barbosa (SETER), Layza Lima Leopoldino
9 (SEPPOM), Gilson Teixeira Leite (SEMMA), Jeferson Barbosa (SETUR),
10 José Tarcísio Ribeiro Pinto (Associação Igreja Metodista 4ª Região),
11 Tania Maria Molaes (CDDH), Eliandro Rosa dos Reis (MNU), Caroline
12 Barbosa Ramos (OAB/ES 17ª), Girlandia Conceição dos Santos (Projeto
13 Caminho do Bem), Adelson Nascimento (Sociedade de Estudos Chico
14 Xavier), a Presidenta Tânia Molaes agradeceu a presença de todos (as).
15 Após verificado o quórum, a Presidenta Tania Molaes . Em seguida leu a
16 pauta da reunião, sendo os temas para deliberação: **I) Retorno das**
17 **Comissões de Trabalho do CMDH; II) Apresentação do Planejamento**
18 **das ações do Departamento de Direitos Humanos para 2023;**
19 **Informes: Resposta do Gabinete do Prefeito quanto ao ofício do**
20 **CMDH referente asituação de PSR em alta hospitalar do HEAC.** Na
21 sequência a Presidenta Tânia Molaes indagou se havia alguma
22 observação quanto a confecção da última ata da reunião do conselho, a
23 qual foi aprovada por todos os presentes sem nenhuma observação.
24 Sobre a questão do retorno das comissões o conselheiro Adelson,
25 informou que deverá comparecer a uma audiência nesta tarde por isso

1
Assinatura



51 não foi realizado no mês de março e se este será substituído por algum
52 outro curso de formação, já que o a próxima formação versa sobre a
53 questão da elaboração do orçamento que está condicionada a aprovação
54 do orçamento no mês de junho. A Presidenta Tânia manifestou-se
55 sugerindo que seja realizada, primeiramente, a formação referente ao
56 orçamento, para que o conselho possa se apropriar melhor do tema e
57 participar dessa discussão, mas o conselho não pode perder de vista o
58 curso de formação que deveria ter sido realizado em março pois mais do
59 que nunca, atualmente, falar sobre direitos humanos e compreender todo
60 esse processo é fundamental, para que todos tenham a concepção do
61 conceito e de como abordar e transmitir essa educação, esse
62 entendimento, bem como transmitir uma cultura de paz, que está
63 embutido nos Direitos Humanos, então, os conselheiros podem verificar
64 uma outra data para a realização desta formação para não deixar de
65 realizá-lo. O conselheiro Pastor Tarcísio manifestou-se dizendo da
66 importância do conselho participar no envio de propostas para a LOA, e
67 que o recebimento das propostas será até o dia 14 do corrente mês. A
68 Presidenta Tânia manifestou-se dizendo que é muito importante que se
69 faça um levantamento do que está disposto na LOA para que o conselho
70 busque meios de participação na mesma. O conselheiro Adelson
71 manifestou-se dizendo que, devido ao curto prazo e tais propostas
72 deverão ser deliberadas online. A formação do orçamento estava previsto
73 para ocorrer no dia 24 (vinte e quatro) de maio. O conselheiro Ângelo
74 manifestou-se informando que nos dias 24, 25, 26 e 27 de maio será
75 realizada a conferência municipal de saúde. A Presidenta Tânia



101 alteração da Lei Municipal, passou-se a deliberação sobre a Comissão de
102 Denúncia, na qual fazem parte a Presidenta Tânia, o Pastor Tarcísio, o
103 Sargento e a Rose Bellon, acrescentando que a comissão de denúncia
104 ficou com uma situação pendente no que concerne a denúncia a respeito
105 do fornecimento de água no CDP de Serra, no qual o conselho fez toda
106 uma movimentação e assim que foi agendado o dia para ser realizada a
107 visita ao CDP a Diretora do presídio foi exonerada, então a comissão de
108 denúncia não conseguiu concluir essa demanda. A outra questão
109 suscitada pela Presidenta foi em relação dos pacientes do HEAC que se
110 encontram em alta hospitalar e que são do município de Serra e que o
111 Hospital não conseguem devolvê-los ao município, essas pessoas são
112 pessoas que não possuem familiares no município, bem como viviam em
113 situação de rua, que possuem transtornos, alguns possuem conflitos com
114 a família e que, por vezes, há somente um vínculo fragilizado com esses
115 familiares e não rompido. Desta forma a mesa diretora se reuniu com a
116 Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de
117 Assistência, no gabinete do Prefeito, onde foram cobradas soluções. Os
118 membros da comissão de denúncia participaram da reunião e todos, de
119 certa forma, já conhecem sobre os serviços públicos ofertados pela
120 municipalidade e o intuito da reunião era reunir as secretarias de
121 assistência e saúde fazendo com que as mesmas resolvessem a situação
122 daquelas pessoas em situação de alta hospitalar mas sem ter meio de se
123 locomoverem para o município de Serra. Por fim, passou-se muito tempo
124 sem que fosse realizada uma ação, de fato, com intuito de resolver a
125 questão do HEAC e por último o conselho recebeu uma resposta



151 receberem tratamento médico. No entanto, há outras pessoas que
152 utilizam o CAPS mas que não possuem a necessidade de estarem lá,
153 pois o CAPS é destinado às pessoas com transtornos graves e
154 persistentes e que precisam desse tipo de serviço, porém, em suma,
155 deve ser temporário e a Secretaria de Assistência ainda não entendeu
156 essa situação, pois todas as pessoas que não se encontram no CAPS
157 estão sendo acompanhadas indiretamente, por meio de equipes que vão
3 aos abrigos, no centro pop dentre outros. A saúde ainda possui o
159 consultório na rua, e que por vezes conta com o auxílio de um psicólogo
160 que vai onde é demandado mensalmente para atender, inclusive, a
161 população de rua. A presidenta Tânia manifestou-se dizendo que, a
162 solicitação do conselho não foi de aumentar a RAPS e sim os horários do
163 CAPS dentre outras questões que não foram respondidas. A conselheira
164 Nívia acrescentou à sua fala, dizendo que atualmente há um
165 questionamento na Secretaria de Assistência sobre a ausência de
166 profissionais que tratam de saúde mental nos abrigos, no entanto não
167 deve-se ter esse tipo de atendimento nos abrigos, pois questão de saúde
8 deve ser tratada dentro dos serviços ofertados pela Secretaria de Saúde.
169 Os abrigos servem apenas para moradia e não estão ligados aos serviços
170 de saúde, fazendo uma analogia, ninguém possui um psicólogo ou
171 psiquiatra em casa 24 (vinte e quatro) horas por dia para ofertar esse tipo
172 de acompanhamento, bem como os abrigos não devem ter a
173 disponibilização desses serviços em suas unidades. O conselheiro
174 Ângelo relatou sobre a questão da mudança do CENTRO POP, que
175 agora está instalado em Jardim Limoeiro, local distante de onde estão as



ministradas as aulas naquele local houve muita adesão. O conselheiro Fábio Santana manifestou-se dizendo que em relação ao CIAMPE Rua foram apresentados vários problemas e dentre eles, uma das questões suscitadas, foi em relação a mudança das instalações do CENTRO POP, bem como quando houve a questão dos desabrigados devido às chuvas em que vários atendimentos/abrigamentos foram negados devido ao local estar fechado. A conselheira Nívia manifestou-se dizendo sobre a importância da promoção da educação popular para fazer com que as pessoas criem um olhar mais humano voltado a população em situação de rua, relatou ainda que, além disso, existem algumas violações de direitos que ocorrem com pessoas que possuem transtornos mentais e encontram-se nos abrigos e tal situação deve ser resolvida junto à secretaria de assistência. A conselheira Layza relatou o recebimento de denúncias de violações no âmbito institucional e que há pouca adesão para a resolução das demandas quando é necessário um trabalho intersetorial e que diante todos os relatos é necessário que se crie uma ferramenta de denúncias, o que não há o momento. Relatou ainda que as pessoas chegam ao departamento, são acolhidas, no entanto, quando precisam dar encaminhamento ao caso apresentado a secretaria encontra barreiras para dirimir tais situações. O conselheiro Jeferson manifestou-se dizendo que a SETUR possui parcerias com o Estado, com o SEBRAE e com o SENAI em que ofertam cursos de qualificação, incluindo o fornecimento de passagem e alimentação aos que desejarem frequentar tais cursos profissionalizantes, além de uma parceria com o Sine e que a Secretaria está a disposição na tentativa de dar uma

Jeferson

[Signature]

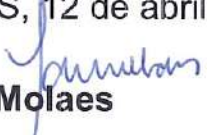


(treze) representações da sociedade civil e 13 (treze) representantes do poder público e as representações e participação da sociedade civil está deixando muito a desejar no e diante disso estará confeccionando um texto e publicando no grupo de whatsapp expondo essa situação. Após, o conselheiro Fábio comunicou a chegada de mais uma assistente social para atender às demandas do departamento, bem como informar que realizou visitas nos abrigos e rodas de conversas, relatou ainda que o departamento se reuniu com a Secretaria de Direitos Humanos no intuito de inserir, na formação e capacitação dos servidores, a educação em direitos humanos. No que tange a atuação do serra+ cidadã também é realizada uma pesquisa de campo para entender o motivo pelo qual determinadas demandas possuem um volume expressivo de atendimentos no serra+, para que, com isso, o poder executivo municipal possa satisfazer tais necessidades naquela localidade. O conselheiro Ângelo relatou que dentro da Secretaria de Saúde é feito um relatório detalhado com os dados das testagens de antígenos e com isso a secretaria consegue saber, por exemplo, se naquele local foi ofertado esse tipo de serviço, ou, no caso de uma localidade em específico, em que foi constatado que um grande número de pessoas apresentando resultado positivo para sífilis, e assim o poder público municipal conseguiu realizar, naquele local, ações de saúde e informação voltadas às ISTs. O conselheiro Fábio manifestou-se, dando seguimento ao item II da pauta, conforme consta na convocatória, informando que está sendo planejada a formação dos conselhos como também a elaboração do plano municipal de direitos humanos. Sobre esse último assunto, a

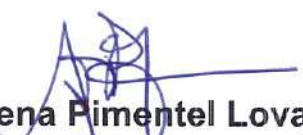
Funes



diversidade sexual. A conselheira Layza manifestou-se relatando as atividades do departamento voltada a dignificar a comunidade lgbtqia+ com a educação das pessoas quanto à diversidade de gênero e ao atendimento e acolhimento de pessoas lgbtqia+ e orientação das famílias interessadas em entender o que é diversidade de gênero bem como a realização do manifesto lgbtqia+ e a criação da semana de enfrentamento e da conscientização que será realizada no mês de maio. O conselheiro Fábio informou ainda que os cartões prioridade destinado aos cuidadores das pessoas PCD já estão sendo entregues. Após as falas a reunião foi dada como encerrada pela Presidenta, não havendo mais nada a declarar, a reunião foi encerrada às 17h:03min e foi lavrada por mim, Lorena Pimentel Lovatti - Secretária Executiva da SEDIR/SEPPOM Serra-ES, 12 de abril de 2023.


Tânia Molaes

Presidenta do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra


Lorena Pimentel Lovatti

Secretária Executiva

**ATA Nº XXI-REUNIÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2021-2024 DO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - ES.**

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às 14 horas e 22 minutos no CRAS de Laranjeiras. Reuniram-se, na oportunidade, os (as) conselheiros: Simone Rezende Viegas (SEDU), Ângelo Eduardo Carneiro Dias (SESA), Luiza Dalmaso da Silva (SEMAS), Rosilene Bellon (SEPPOM), Layza Lima Leopoldino (representando a SEDIR/SEPPOM), Rodney Barros do Nascimento (PM/ES – 14ª CIA), José Tarcísio Ribeiro Pinto (Associação Igreja Metodista 4ª Região), Tania Maria Molaes (CDDH), Lucia Mara dos Santos Martins (Coletivo Mães Eficientes Somos Nós), Eliandro Rosa dos Reis (MNU), Girlandia Conceição dos Santos (Projeto Caminho do Bem), Nero Paulino do Carmo (SINTAPI), Elci Lobão Medeiro (SINDIUPES). A Presidenta Tânia Molaes agradeceu a presença de todos (as). Após verificado o quórum, a Presidenta Tania Molaes . Em seguida leu a pauta da reunião, sendo os temas para deliberação: **I) Seminário Interconselhos; II) Atuação da Guarda Municipal da Serra nas abordagens aos cidadãos; Informes: Tratativas da Reunião realizada com o Ministério Público Estadual no dia 03/05/2023.** Na sequência a Presidenta Tânia Molaes indagou se havia alguma observação quanto a confecção da última ata da reunião do conselho, a qual foi aprovada por todos os presentes sem nenhuma observação. A Presidenta Tânia relatou que na última reunião todos os membros puderam verificar a quantidade de membros que estavam representando o poder público e a sociedade civil e que na atual há mais





representantes da sociedade civil, além disso, indagou aos demais presentes se havia alguma consideração a ser feita em relação a ata da última reunião, no entanto nenhum conselheiro se manifestou, motivo pelo qual a mesma foi considerada aprovada por todos os conselheiros presentes. Acerca do primeiro ponto da pauta, sobre o Seminário Interconselhos, a conselheira Layza, a qual está representando o conselheiro Fábio na presente reunião ordinária, informou que a Hozana, a qual é chefe de gabinete do Departamento, está formalizando, junto com o Fábio, as diretrizes que irão conduzir o Seminário Interconselhos, e irão apresentar, por escrito, como uma sugestão do Conselho de Direitos Humanos, para o Departamento de Direitos Humanos, proposta de ser debatido no Seminário questões atinentes à segurança alimentar, no entanto o conselho de Direitos Humanos têm ciência de que, a pauta mais recorrente e objeto de denúncias de violação de direitos humanos é diversa da apresentada pelo Fábio. Então, ser for realizado o Seminário Interconselhos o mesmo deverá apresentar uma discussão em cima das pautas que são recorrentes e objeto de denúncias ao conselho. O conselheiro Ângelo manifestou-se dizendo que há sim a possibilidade das pautas recorrentes do CMDH serem discutidas no tema proposta pelo Departamento de Direitos humanos, qual seja, a segurança alimentar, tendo em vista que tal assunto também influencia, direta ou indiretamente, nos demais temas como, saúde, segurança pública, moradia e assistência. A presidenta Tânia compactuou com a explanação exposta pelo conselheiro Ângelo e expôs ainda, à conselheira Layza, que é importante que o departamento caminhe junto ao conselho para a

5
51 construção do Seminário. Nesse mesmo contexto a Presidenta Tânia
52 reiterou quanto à necessidade de atenção da municipalidade às pessoas
53 com transtornos mentais. O conselheiro Nero manifestou-se relatando
54 que às secretarias que possuem o poder de fiscalização não o fazem e tal
55 problema também atinge a população idosa do município. A vice
56 presidenta Rose Bellon trouxe à plenária as ações que foram tomadas
57 pela mesa Diretora, no que concerne às violações de direitos das
58 pessoas que possuem transtornos mentais, e o resultado das reuniões
59 com representantes do Ministério Público, e que, por fim, a orientação é
60 de que a municipalidade deve ser provocada por meio de judicialização
61 das demandas pertinentes a saúde. A conselheira Girlândia trouxe para a
62 reunião a importância da presença das pastorais nos encontros e
63 discussões que versarem sobre saúde. A presidenta Tânia expôs aos
64 demais conselheiros a sua insatisfação com a resposta do Ministério
65 Público. A vice presidenta Rose explicou para a Girlândia sobre a
66 possibilidade da participação popular e dos meios de tratamentos
67 alternativos, no entanto esclareceu que o Município é obrigado a cumprir
68 orientações e diretrizes que são impostas pelo governo federal,
69 explicando ainda que a questão de saúde, de todas as problemáticas
70 apresentadas, é meramente estrutural e que o município de Serra
71 assumiu, no que tange à saúde, o fornecimento de serviços
72 especializados e que estes deveriam ser subsidiados pelo Estado e isso
73 acaba onerando o Município e os munícipes acabam não cobrando ao
74 Estado por estes serviços. A presidenta Tânia pontuou que, apesar do
75 que foi exposto pelos demais conselheiros deve-se ter em foco que,

mesmo que o Município venha a construir e entregar mais unidades básicas à comunidade, como o todo, os serviços que já são prestados nas unidades existentes mostram-se ineficientes, seja pela falta de pessoal capacitado, seja pela má gerência das unidades, e que, mesmo que se construa mais unidades o serviço prestado continua precário. A conselheira Elci manifestou-se dizendo que a população vêm sofrendo com a dificuldade em ter acesso ao sistema de marcação de consultas, seja pela idade avançada do munícipe seja pela falta de pessoas nas unidades de saúde para empenhar essa função, sendo que, por vezes, até na unidade de saúde o sistema apresenta problemas e fica “fora do ar” prejudicando os cidadãos, além da qualidade do serviço que vem sendo prestado à população. O conselho deliberou que será encaminhado ao Departamento de Direitos Humanos um ofício para solicitar que seja abordado no interconselhos o tema atinente à saúde e segurança pública no município de Serra. Após, passou-se a deliberação do segundo ponto da pauta, onde a conselheira e vice presidenta Rose Bellon relatou que a comissão vêm recebendo denúncias de irregularidades e abuso de autoridade nas abordagens aos cidadãos de Serra, as quais, em sua maioria, estão sendo praticadas pelos agentes da guarda municipal. O conselheiro Rodney, em resposta, manifestou-se dizendo que a legislação que regula a guarda municipal é diversa da que regulamenta a PM, bem como, aos policiais militares existem punições/sanções que são aplicadas pela corregedoria da corporação quando há o cometimento de infrações por parte dos policiais militares. Esclareceu ainda que atualmente as abordagens aos munícipes só

9
101 podem ocorrer diante denúncia, flagrante ou em fundada suspeita, e que
102 as abordagem a esmo, que antes ocorriam, não podem mais acontecer e
103 que, quanto a atuação da guarda municipal o conselho deve verificar
104 junto a secretaria responsável o canal de denúncia, como ouvidoria, bem
105 como a maneira, pela qual eventuais excessos deverão ser punidos e por
106 meio de qual órgão. O conselheiros realizaram, também, indagações
107 quando a vinculação das abordagens policiais em páginas pessoais dos
108 agentes no intuito de angariar uma maior visibilidade e interações para
109 fins pessoais. A conselheira Rose Bellon manifestou-se no sentido de que
110 é necessário que todos os conselheiros sejam capacitados, por alguém
111 que tenha conhecimento na área de segurança pública, para saberem as
112 metodologias adequadas que devem ser observadas nas abordagens. O
113 Sargento informou que talvez a população da Serra não tenha
114 transparência quanto ao canal oficial para denúncias de eventuais abusos
115 cometidos pela guarda municipal, o que difere de atuação da polícia
116 militar que é mais transparente e que toda a população tem conhecimento
117 dos canais de denúncia. Os conselheiros solicitaram um levantamento da
118 frequência de todas as os representantes da sociedade civil bem como do
119 poder público para que o conselho tomas as providências previstas no
120 regimento interno do conselho. O conselheiro Pastor Tarcísio manifestou-
121 se indagando se de fato é feito algo em relação ao levantamento e
122 registro das transgressões criminais no município e quais ações são
123 ações, sociais, efetivas realizadas nos locais? Quanto a indagação
124 realizada, o conselheiro Rodney informou que as formas que eram
125 apresentados os dados antigamente e a proximidade que existia com as



comunidades não existem mais. O conselheiro Ângelo manifestou que falta um atendimento humano, tanto na saúde quanto na segurança pública, pois só o aparelhamento não torna estes serviços eficientes. A presidenta Tânia, após relatos apresentados pelos conselheiros manifestou-se no sentido de haver, no curso de formação tanto dos policiais militares quanto da guarda municipal de Serra a disciplina de direitos humanos e de educação em diversidade de gênero e que a presente pauta será levada para a Comissão de Formação, para elaborarem uma formação no município com essas temáticas. No que tange às faltas, a Presidenta informou aos conselheiros presentes, que o levantamento já está sendo realizado e que a mesa Diretora já está se mobilizando no intuito de oficializar as instituições que não estão sendo representadas no conselho, devido ao excesso de faltas que ultrapassam a quantidade prevista no Regimento Interno. Informes: Convite para o evento no dia 17/05/2023 em comemoração a data que foi instituída como o dia do enfrentamento a lgbtqifobia, que contará com rodas de conversa no CRJ de Feu Rosa e Nova Almeida, o folder será encaminhado para o grupo do conselho; Em junho haverá o evento Praça da Diversidade e a programação será repassada ao conselho; Dia 18/05 é o dia do enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, a data remete ao dia em que a criança Araceli foi assassinada e haverá atos públicos; O dia 18 também é o dia da luta antimanicomial e haverá um evento na praça Costa Pereira; A conselheira Layza trouxe as ações do DDH junto às Escolas de nível fundamental e médio que versam sobre educação sexual e de gênero; A Presidenta trouxe as ações realizadas pela rede AICA que



contemplam os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas bem como a prestação de serviços que são prestados pelos mesmos a comunidade. Após as falas a reunião foi dada como encerrada pela Presidenta, não havendo mais nada a declarar, a reunião foi encerrada às 16h:23min e lavrada por mim, Lorena Pimentel Lovatti - Secretária Executiva da SEDIR/SEPPOM Serra- ES, 18 de maio de 2023.

Tânia Molaes

Presidenta do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra

Lorena Pimentel Lovatti

Secretária Executiva



1
1

2 **ATA Nº XXI-REUNIÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2021-2024 DO**
3 **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - ES.**

4 Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às
5 14hs no CRAS de Laranjeiras. Reuniram-se, na oportunidade, os (as)
6 conselheiros: Ângelo Eduardo Carneiro Dias (SESA), Viviane Marins
7 Barbosa (SETER), Layza Lima Leopoldino (SEPPOM), Gilson Teixeira
8 Leite (SEMMA), Jeferson Barbosa (SETUR), Rodney Barros do
9 Nascimento (PM/ES 6º BPM), José Tarcísio Ribeiro Pinto (Associação
10 Igreja Metodista 4ª Região), Lucia Mara dos Santos Martins (Coletivo
11 Mães Eficientes Somos Nós), Nilberto Ramos da Silva (OAB/ES 17ª),
12 Gean Carlos Nunes de Jesus (SINDIUPES), Adelson Nascimento
13 (Sociedade de Estudos Chico Xavier), O vogal Pastor Tarcísio deu início
14 a reunião, tendo em vista que tanto a Presidenta Tânia quanto a Vice
15 Presidenta Rosilene Bellon não puderam estar presentes, e em
16 consonância com a resolução 001-2022 em seu art. 15 (publicada em
17 16/01/2023) o Vogal tem legitimidade para presidir a sessão plenária
18 quando ausentes a Presidenta e Vice Presidenta. O Vogal Pastor Tarcísio
19 agradeceu a presença de todos os conselheiros e após verificado o
20 quórum, na segunda chamada, com o decurso de trinta minutos, nos
21 termos do regimento do conselho de direitos humanos, indagou aos
22 presentes quanto ao recebimento das convocatórias e ata, momento que
23 o conselheiro Gilson manifestou-se dizendo não ter recebido via e-mail a
24 convocatória, o que foi esclarecido pelo Vogal e pela secretária executiva
25 sobre o motivo da impossibilidade de envio por e-mail. Passando para a

2



3
26 deliberação dos temas da convocatória o Vogal Pastor Tarcísio indagou
27 aos presentes quanto a aprovação da ata, momento em que nenhum
28 membro fez qualquer objeção e assim a ata foi aprovada por
29 unanimidade. Passando para o segundo ponto da convocatória o Vogal
30 Pastor Tarcísio explanou que o grupo de trabalho esteve reunido várias
31 vezes na modalidade online e uma vez de forma presencial, no entanto, o
32 projeto ainda não está hábil para ser apresentado na plenária e que em
33 julho, impreterivelmente, a mesma será apresentada aos demais
34 conselheiros. Sobre o terceiro ponto da convocatória o Vogal Pastor
35 Tarcísio disse aos presentes que o conselho vem batalhando para que
36 voltem as aulas que visam a educação de Jovens e Adultos, conhecido
37 como EJA, no Centro POP, e a resposta da secretaria de Educação foi de
38 que assim que no local houver formado duas turmas contendo no mínimo
39 dez alunos em cada o EJA será retomado, e que atualmente está previsto
40 para início das aulas no mês de julho do corrente ano. Sobre o CIAMP
41 Rua, em resumo do que foi debatido em reunião, o Pastor Tarcísio, em
42 sua percepção, disse que muito se foi dito na reunião, no entanto, no
43 aspecto concreto, pouco está sendo feito para que o programa funcione,
44 ainda mais levando em consideração de que a temporada fria está a
45 caminho, bem como, em consequência disso, as ações de distribuição de
46 cobertores às pessoas em situação de rua não esta sendo providenciada,
47 que nos anos passados foram realizadas ações nesse sentido, no
48 entanto, até o momento não houve uma mobilização por parte do poder
49 público. Sobre o quarto tema da convocatória o Vogal Pastor Tarcísio
50 esclareceu que já existe um fórum inter religioso, a nível Estadual e na

Amalau

2
[Signature]



5
51 próxima semana o Fórum será apresentado ao conselho e ao inter
52 conselhos e que os membros já estão trabalhando internamente.
53 Acrescentou ainda que gostaria de propor a ideia de receber o Fórum
54 para que os mesmos possam apresentar os seus trabalhos junto aos
55 Direitos Humanos, a indagação realizada pelo conselheiro Ângelo o Vogal
56 Pastor Tarcísio informou que o interesse partiu do Fórum, por fim, os
57 conselheiros manifestaram de forma positiva para a inclusão do Fórum
58 Inter Religioso na semana da Direitos Humanos. A conselheira Layza
59 manifestou-se dizendo as atividades do CIAMP bem como o andamento
60 da articulação do Departamento de Direitos Humanos para a realização
61 das atividades do CIAMP bem como expôs a demanda do mencionado
62 departamento. Passando para o item V da convocatória, os conselheiros
63 entenderam que a exigência de documento com foto é justa, vez que a
64 sua exigência cria um obstáculo maior para o cometimento de eventuais
65 fraudes na concessão do BPC. O conselho deliberou que mostra-se de
66 suma importância buscar um diálogo com a polícia civil com o fito de
67 saber sobre a prioridade de atendimento, nas agências que emitem o
68 documento RG, para pessoas com deficiência bem como buscar fazer
69 parcerias para que estas pessoas tenham um acesso mais facilitado para
70 a emissão de tal documento e após, tais informações devem ser
71 repassadas para o setor que provocou o CMDH, bem como à população
72 em geral. A conselheira Layza ainda manifestou-se dizendo a
73 necessidade de criar mecanismos para atender e fornecer serviços como
74 emissão de RG, bem como emissão de documentos em cartórios de
75 registro civil, pela população hipossuficiente e em extrema vulnerabilidade



7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

social. Informes: O conselheiro Ângelo manifestou-se informando que três representantes da saúde foram eleitos para participarem e representarem o Estado do Espírito Santo na Conferência Nacional de Saúde a ser realizada no Distrito de Brasília, sendo eles o próprio Ângelo, bem como as conselheiras Nívia - representante da SESA - e a conselheira Layza da SEPPOM; A conselheira Layza informou que o mês de junho é o mês do orgulho LGBT e que a secretaria está fechando as atividades do mês e fez um adendo, informando ao conselho, que a população LGBTQIA+ do município da Serra está sendo constantemente atacada por forças conservadoras da Câmara Municipal e que há projetos de lei extremamente nocivos para a população LGBTQIA+ da Serra, mas principalmente a população trans e travestis, informou ainda que na segunda-feira da corrente semana foi aprovada, na Câmara Municipal da Serra a frente parlamentar conservadora como também a PL de Lei que incentivam campanhas contra o aborto, além disso está em tramitação um projeto de lei que proíbe pessoas trans de praticarem esportes de acordo com o seu gênero o que contraria o entendimento do próprio COI, além do projeto de lei que está em tramitação que versa sobre a proibição de redesignação e hormônio terapia, na rede primária da saúde, para criança e adolescentes, como se fosse possível esses tipos de procedimentos em crianças e adolescentes, além do projeto escola sem partido e na data de ontem (13.06.2023) foi protocolado um projeto que proíbe a utilização de recursos públicos para promoção do evento "Manifesto LGBT" pois, segundo o vereador proponente, eventos como esse promovem a sexualização e proíbe a "semana do orgulho" a qual



promove cidadania, educação e dignidade a população LGBTQIA+, por fim, a conselheira Layza solicitou a participação dos movimentos sociais nas sessões da câmara de vereadores no intento de coibir cessão de direitos, bem como a segregação da população LGBTQIA+. Após as falas a reunião foi dada como encerrada pelo Vogal, não havendo mais nada a declarar, a reunião foi encerrada às 15h:36min e lavrada por mim, Lorena Pimentel Lovatti - Secretária Executiva da SEDIR/SEPPOM Serra- ES, 21 de junho de 2023.

José Tarcísio Ribeiro Pinto

Vogal do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra


Lorena Pimentel Lovatti

Secretária Executiva

**ATA Nº XIV-REUNIÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2021-2024 DO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - ES.**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14hs por meio virtual, através dos Links (s): <https://meet.google.com/ivi-cnyf-eyp> e <https://meet.google.com/qch-pbyg-ycs>, reuniram-se os(as) conselheiros: Simone Rezende Viegas (SEDU), Igor Scardini Costa (SEDES), Gilson Teixeira Leite (SEMMA), Maria da Penha Dias Rocha Furtado (SEHAB), Viviane Marins Barbosa (SETER), Nilceia Maria Pizza (SEHAB), Luiza Dalmaso da Silva (SEMAS), Tania Maria Molaes (CDDH), José Tarcísio Ribeiro Pinto (AIM IV Região) Franciane Rodrigues Silva (Coletivo Mães Eficientes Somos Nós), Eliandro dos Reis (MNU), Nero Paulino do Carmo (SINTAPI), Elci Miranda Lobão (SINDIUPES), Danieli Rodrigues da Silva (Mães em ação/Mães da Favela), Adelson Pereira do Nascimento (Sociedade de Estudos Espíritas Chico Xavier) e Caroline Barbosa Ramos (OAB 17ª Subseção - Serra/ES). A Presidenta Tânia agradeceu a presença de todos os conselheiros e após verificado o quórum deu início à reunião justificando o motivo da reunião ser online, e esclareceu que deve-se a realização da homenagem a ex-conselheira e ex vice-presidenta Rosilene Bellon, que devido ao fato da mesma ter assumido uma nova pasta no governo do Estado não poderia comparecer de forma presencial a reunião. A Rosilene entrou na reunião, momento em que a Presidenta esclareceu que nos momentos finais da última reunião do CMDH a Rose comunicou a todos os conselheiros de sua cessão para o Governo do Estado e em consequência disso a mesma não mais pertence ao conselho e que, agradeceu por toda a contribuição, dedicação e carinho que a Rose dedicou ao conselho. A Rosilene sentiu-se lisonjeada pelas palavras da

Rosilene



29 Presidenta e agradeceu a todos pela parceria e pelo carinho. A conselheira
30 Viviane também agradeceu a Rosilene por toda a contribuição ao conselho. O
31 conselheiro Adelson agradeceu por todo carinho e dedicação da Rose e
32 desejou boa sorte no novo trabalho. A Rose agradeceu a todos e a todas as
33 mensagens publicadas no chat da reunião online. Após, a Presidenta pediu
34 desculpas a todos pela ausência do envio da ata da última reunião e
35 esclareceu que foi devido à pendência do envio de um documento e que, após
36 essa questão ser sanada a ata será enviada antes da próxima reunião, para
37 ser analisada e apreciada. Superado o tema passou-se a deliberação da
38 eleição da nova vice-presidência, a qual só poderá candidatar-se a vaga os
39 representantes do poder público, no entanto, dentre os presentes do poder
40 público ninguém se candidatou à vaga. O conselheiro Igor sugeriu que a
41 eleição seja realizada de forma presencial, no entanto a Presidenta em
42 resposta esclareceu que no Regimento do conselho há a previsão de que a
43 eleição, em caso de vacância do cargo, será realizada na primeira reunião,
44 acrescentou ainda que a modalidade da reunião, qual seja, de forma virtual, já
45 é reconhecida pelo Regimento Interno e que não há nenhuma ilegalidade em
46 ser realizada uma eleição desta forma. O conselheiro Gilson, acrescentando ao
47 pedido do conselheiro Igor expôs que, se todos os presentes deliberarem de
48 forma diversa, decidindo pelo adiamento da eleição e caso seja vislumbrada a
49 ausência de prejuízo não vê impedimento para que a data da eleição da
50 vice-presidência seja alterada, acrescentando ainda ao fato de que por ser
51 presencial haverá maior participação de conselheiros e verificação da
52 disponibilidade de cada membro do poder público. A presidente Tânia, em
53 consulta a secretária executiva, indagou se os requerimentos apresentados
54 ferem o Regimento Interno, em contrapartida a mesma esclareceu que,

Tânia



55 observado o quórum para deliberação, de acordo com o art. 9º, I do Regimento
56 Interno, não há prejuízo para o conselho. A Presidenta ainda questionou a
57 ausência de muitos conselheiros e lembrou ainda que muitas reuniões estão
58 acontecendo após a segunda chamada devido a ausência de quórum e que o
59 conselheiro tem um papel importante e o mesmo tem que assumir as
60 responsabilidades atribuídas a função, informou ainda que a próxima reunião
61 ocorrerá dia 11 de outubro e que fica a cargo dos presentes já irem pensando
62 no candidato a ser votado. Os conselheiros deliberaram que a eleição, diante a
63 vacância do cargo da vice-presidência, ocorrerá dia 11/10/2023. Em relação ao
64 segundo ponto da ata, o conselho não obteve retorno da procuradoria sobre a
65 criação do cartão de identificação para os conselheiros, momento em que o
66 conselheiro Nero e Gilson sugeriram que algum representante da Procuradoria
67 esteja presente na próxima reunião. Após, foi exposto pelo pastor Tarcísio e
68 pela Presidenta Tânia o teor da reunião de organização do fórum
69 interconselhos, informando que a mesa diretora elencou três temas a serem
70 discutidos no evento, quais sejam: 1 - Participação e controle social, a função
71 dos conselhos e obrigações dos entes federados do município; 2 - A política de
72 saúde pública, função do município e ampliação do programa de saúde da
73 família e da rede de atenção psicossocial de saúde mental e 3 - Elaboração de
74 plano orçamentário. A Presidenta Tânia informou que irá compartilhar com os
75 demais conselheiros a memória da última reunião do interconselho. A
76 Presidenta informou que no dia 10 de Dezembro comemora-se o dia dos
77 Direitos Humanos e que no ano anterior o conselho criou uma comissão para
78 tratar das atividades do mês de dezembro e propôs a criação de uma nova
79 comissão temporária para que possam estar abordando temas relacionados a
80 Direitos Humanos no mês de dezembro no município de Serra. O conselheiro

Tarcísio



Pastor Tarcísio, o conselheiro Gilson, a conselheira Simone, a conselheira Tatiana e o conselheiro Eliandro, junto à Presidenta, irão formar a comissão para tratar sobre os eventos em comemoração ao dia dos Direitos Humanos no mês de dezembro. Nos informes a Presidenta falou que a mesa diretora participou da Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, bem como houve, no mencionado evento, a representatividade de cinco delegados do município de Serra no evento; O conselheiro Eliandro informou sobre o 12º Encontro Estadual de Fé e Política que será realizado na Parada São José Operário, em Carapina, Serra/ES no dia 29/10; O conselheiro Gilson informou o Setor de Educação Ambiental elaborando um Programa Municipal de Educação Ambiental e que para a construção do programa estão sendo realizados encontros regionais e informou que o próximo será amanhã, no auditório da faculdade Multivix, a partir das 18hs; A secretária executiva informou sobre a inauguração do Centro de Referência da Mulher que será no dia 15/09 às 18hs. Após, não havendo mais nada a declarar, a reunião foi encerrada às 15hs e 48min e lavrada por mim, Lorena Pimentel Lovatti - Secretária Executiva da SEDIR/SEPPOM Serra- ES, 29 de setembro de 2023.

Tania Maria Molaes

Presidenta do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra

Lorena Pimentel Lovatti

Secretária Executiva

**ATA N° XX-REUNIÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2021-2024
DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DA SERRA - ES.**

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às 14hs no CRAS de Laranjeiras, Serra/ES, reuniram-se os (as) conselheiros: Marcos Roberto Alves Correa (SEDIR), Igor Scardini Costa (SEDES), Angelo Eduardo Carneiro Dias (SESA), Luiza Dalmaso Silva (SEMAS), Camila Nunes Barth (SEHAB), José Tarcísio Ribeiro Pinto (Associação Igreja Metodista 4ª Região), Franciane Rodrigues Silva (Coletivo Mães Eficientes Somos Nós), Nero Paulino do Carmo (SINTAPI), como convidado o Sr.º Fábio Santana, Diretor do DDH-SEDIR e a ouvinte Sr.ª Tatiana Paulo do CREAS de Serra Sede. A Presidenta Tânia e a Secretária Geral Simone encontram-se de férias e a ausência de ambas foram justificadas, via e-mail e em tempo hábil, além delas os conselheiros Gilson e Viviane Marins também justificaram a ausência via e-mail. O Vogal Pastor Tarcísio deu início à reunião fazendo a leitura de um pequeno texto e após esclareceu aos presentes que está substituindo a Presidência na presente plenária, nos ditames do art. 15 caput do Regimento Interno do Conselho e art. 14, III da Lei 4.900/18. O Vogal perguntou aos presentes se todos aprovam a ata da última reunião ordinária, a qual foi disponibilizada aos conselheiros por e-mail e por whatsapp, em resposta todos os presentes anuíram e aprovaram a ata. Em abordagem ao primeiro ponto da convocatória, o qual versa sobre a eleição do cargo para Vice Presidência do Conselho, a secretária executiva, em consulta à legislação pertinente verificou que, para início da reunião, conforme o art. 9º, parágrafo 1º do Regimento interno, dispõe que "As reuniões serão realizadas, em primeira chamada, com a participação de 50% mais um e em segunda





26 chamada, 30 (trinta) minutos depois, com o número de participantes presentes”, desta
27 forma, por não possuir óbice legal para realização da eleição para o cargo da Vice
28 Presidência o Vogal Tarcísio indagou aos presentes quem, dentre os representantes do
29 Poder Público, teria o interesse em se candidatar ao cargo, oportunidade em os
30 conselheiros Marcos e Igor levantaram as mãos. Após a manifestação dos conselheiros
31 Igor e Marcos foi oportunizado a ambos um tempo igualitário para realizarem sua
32 apresentação pessoal e de propostas. Após, conforme estabelecido pelo art. 20 do
33 Regimento Interno do CMDH, foi realizada a votação de forma secreta, no momento da
34 abertura da urna, o Sr.º Fábio auxiliou nos trabalhos de contagem e leitura dos votos. Ao
35 final da contagem dos votos o conselheiro Igor recebeu o total de quatro votos e o
36 conselheiro Marcos recebeu cinco votos, dessa forma o conselheiro Marcos passa a
37 ocupar a vaga da vice-presidência do Conselho Municipal de Direitos Humanos de
38 Serra/ES. Passando para o segundo ponto da convocatória, que trata sobre as comissões
39 do Conselho, o convidado Sr.º Fábio Santana, Diretor do Departamento de Direitos
40 Humanos - SEDIR, sugeriu aos presentes que fizessem uma criação de uma pequena
41 comissão (dando o exemplo das comissões existentes no Pop Rua e no CMJ) para
42 elaborarem uma pequena minuta do plano municipal de direitos humanos, após
43 realizadas as audiências públicas e dada a publicidade aos atos e documentos
44 elaborados, para que possam surgir outras contribuições, para então, ao final, realizar a
45 compilação dos dados, encerrando a minuta e passando o projeto para análise e
46 aprovação, já que o plano está pendente de elaboração há muito tempo. O convidado
47 Fábio, o conselheiro Marcos e o conselheiro Igor se auto indicaram para compor a
48 comissão do plano municipal. Nos informes, foi questionado aos conselheiros presentes



49 se alguém se habilitaria em palestrar, na Semana de Direitos Humanos, que será
50 realizada no início do mês de dezembro, o tema: "Análise de conjuntura dos Direitos
51 Humanos no Município de Serra e no Estado do Espírito Santo", no entanto não houve
52 manifestação dos conselheiros, o convidado Fábio apresentou a proposta de ser
53 realizado no dia 03/12 que é o dia internacional da pessoa com deficiência, uma atividade
54 e sobre o seminário, especificamente, explicou que há um projeto em elaboração pelo
55 departamento acerca do 1º Seminário em Direitos Humanos do Município da Serra, com o
56 tema: fundamentos e desafios. O DDH foi em busca de alguns palestrantes e sugeriu a
57 Professora Gilsa, da UFES; O professor Carlos Fabian e a Sr.^a Galdene, Presidente do
58 Conselho de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo, como mediador foi sugerido
59 o conselheiro Eliandro. O intuito da palestra é de que o palestrante possa mostrar um
60 panorama nacional, estadual e municipal das políticas públicas em direitos humanos que
61 estão sendo efetivamente cumpridas e o que não está para assim trazer uma possível
62 solução e avançarmos na política em direitos humanos; O conselheiro Sr.^o Nero sugeriu
63 como palestrante a Sr.^a Deputada Estadual Iriny Lopes. O Seminário será realizado em
64 uma sexta-feira à noite no dia 1º de dezembro e no sábado das 8hs até as 16hs. Ao
65 serem questionados sobre a participação da comissão do seminário, a suplente da
66 conselheira Lúcia verbalizou que, provavelmente, Lúcia irá querer participar da comissão.
67 O Sr.^o Fábio propôs a realização da reunião da comissão no dia 18/10 às 14hs na SEDIR
68 na modalidade presencial, na oportunidade o conselheiro Igor e o Pastor Tarcísio
69 justificaram a ausência à reunião da comissão no dia 18/10. O Vogal Pastor Tarcísio
70 informou que no dia 29/10 realizar-se-á o Encontro Estadual de Fé e Política na Paróquia
71 São José Operário, de 08hs às 16hs em Carapina, Serra/ES. Não havendo mais nada a



72 declarar, a reunião foi encerrada às 15:43hs e lavrada por mim, Lorena Pimentel Lovatti -
73 Secretária Executiva da SEDIR/SEPPOM - Serra/ES, 17 de outubro de 2023.

74

75

76

77 **José Tarcísio Ribeiro Pinto**

78 **Vogal do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Serra**

79

80

81 **Lorena Pimentel Lovatti**

82 **Secretária Executiva**